

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	12
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	13
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	14
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	15
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	16
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	18
10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	18
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	18
12. ATIVOS DE CONTRATO	20
13. INTANGÍVEL.....	21
14. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	22
15. FORNECEDORES	24
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	25
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	26
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	28
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	28
20. PROVISÕES	30
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	36
22. RECEITA	37
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	39
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	40
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	41
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	43
27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	52
28. EVENTOS SUBSEQUENTES	52
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	53
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR.....	61

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	691.380	659.045
Títulos e valores mobiliários	5	1.242.795	2.104.119
Consumidores e revendedores	6	2.955.628	2.989.608
Concessionários - transporte de energia	6	287.090	257.540
Tributos compensáveis	7	1.564.397	1.483.677
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	11.309	128.539
Estoques		30.646	29.312
Contribuição de iluminação pública		177.505	179.406
Reembolso subsídios tarifários	10	82.616	82.616
Subvenção baixa renda		43.054	43.072
Ativos financeiros e setoriais da concessão	11	31.039	-
Outros créditos		157.615	135.835
Total do circulante		7.275.074	8.092.769
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	332.010	472.371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8b	1.764.264	1.747.020
Tributos compensáveis	7	2.533.743	2.888.626
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	66.847	66.667
Depósitos vinculados a litígios	9	575.435	527.628
Consumidores e revendedores	6	95.257	120.041
Concessionários - transporte de energia	6	34.029	34.085
Outros créditos		13.763	13.865
Ativos financeiros e setoriais da concessão	11	821.436	662.739
Ativos de contrato	12	1.293.426	1.141.599
Intangíveis	13	9.199.942	9.207.269
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	14	158.879	166.344
Total do não circulante		16.889.031	17.048.254
Ativo total		24.164.105	25.141.023

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2021	31/12/2020
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	828.677	1.181.014
Fornecedores	15	1.430.181	1.783.607
Impostos, taxas e contribuições	16	299.504	234.490
Salários e encargos sociais		124.011	138.444
Encargos regulatórios	18	366.826	267.696
Participação dos empregados e administradores no resultado		89.807	73.691
Obrigações pós-emprego	19	219.686	213.283
Contribuição de iluminação pública		268.843	304.869
Passivos financeiros setoriais da concessão	11	59.026	231.322
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	25	383.101	309.434
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	16	836.107	448.019
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	14	35.565	38.521
Outras obrigações		359.952	338.794
Total do circulante		5.301.286	5.563.184
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	3.592.483	3.916.226
Provisões	20	1.206.105	1.246.762
Obrigações pós-emprego	19	4.440.138	4.433.298
Encargos regulatórios	18	121.203	234.237
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	16	3.023.426	3.569.837
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	14	135.340	139.241
Outras obrigações		17.008	16.607
Total do não circulante		12.535.703	13.556.208
Total do passivo		17.836.989	19.119.392
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		5.371.998	5.371.998
Reservas de lucros		2.567.003	2.653.670
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.004.037)	(2.004.037)
Lucros acumulados		392.152	-
Total do patrimônio líquido		6.327.116	6.021.631
Total do passivo e do patrimônio líquido		24.164.105	25.141.023

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Receita	22	4.661.975	3.777.379
Custos operacionais	23		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(2.148.339)	(1.919.179)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(765.274)	(372.581)
		(2.913.613)	(2.291.760)
Custos			
Pessoal e administradores		(150.234)	(160.188)
Materiais		(7.717)	(8.398)
Serviços de terceiros		(246.567)	(208.644)
Amortização		(142.797)	(136.180)
Provisões operacionais, líquidas	23d	15.066	(29.603)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(321.301)	(248.407)
Outros		(7.669)	(8.381)
		(861.219)	(799.801)
Custo total		(3.774.832)	(3.091.561)
Lucro bruto		887.143	685.818
Despesa operacional	23		
Despesas com vendas		(44.178)	(96.145)
Despesas gerais e administrativas		(145.704)	(135.316)
Outras despesas operacionais, líquidas		(116.215)	(122.723)
		(306.097)	(354.184)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		581.046	331.634
Receitas financeiras	24	126.899	128.024
Despesas financeiras	24	(166.354)	(162.440)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		541.591	297.218
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(166.683)	(116.958)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	17.244	16.329
Lucro líquido do período		392.152	196.589
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	21	0,17	0,08

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)**

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Lucro líquido do período	392.152	196.589
Resultado abrangente do período	392.152	196.589

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital Social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	5.371.998	1.329.789	(1.993.579)	-	4.708.208
Lucro líquido do período	-	-	-	196.589	196.589
Resultado abrangente do período	-	-	-	196.589	196.589
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020	5.371.998	1.329.789	(1.993.579)	196.589	4.904.797
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	5.371.998	2.653.670	(2.004.037)	-	6.021.631
Lucro líquido do período	-	-	-	392.152	392.152
Resultado abrangente do período	-	-	-	392.152	392.152
Retenção de dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	(86.667)	-	-	(86.667)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021	5.371.998	2.567.003	(2.004.037)	392.152	6.327.116

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		392.152	196.589
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Obrigações pós-emprego	19	85.210	83.760
Amortização	13b e 14a	164.257	163.082
Provisões operacionais	23d	18.112	125.748
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	11a e 13b	7.987	2.521
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	22	(178.373)	-
Juros e variações monetárias		142.933	123.147
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	11a	(10.906)	(724)
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	17	468	507
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	22	(338.907)	54.602
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	(17.244)	(16.329)
		<u>265.689</u>	<u>732.903</u>
Aumento (redução) de Ativos			
Consumidores e revendedores		14.586	(75.253)
Concessionários - transporte de energia		(29.494)	(5.970)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros		-	62.771
Tributos compensáveis		47.017	(17.578)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(4.177)	(3.109)
Depósitos vinculados a litígios		(46.254)	1.212.775
Contribuição de iluminação pública		1.901	(8.757)
Subvenção baixa renda		18	(65)
Outros		(12.012)	74.271
		<u>(28.415)</u>	<u>1.239.085</u>
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(370.389)	(270.647)
Impostos, taxas e contribuições		240.179	35.254
Imposto de renda e contribuição social a pagar		166.683	116.958
Salários e encargos sociais		(14.433)	(9.466)
Contribuição de iluminação pública		(36.026)	(3.841)
Encargos regulatórios	18	(13.904)	10.357
Obrigações pós-emprego	19	(71.967)	(63.407)
Provisões	20	(25.591)	(40.558)
Participação dos empregados e administradores no resultado		16.116	(18.774)
Outros		26.541	54.622
		<u>(82.791)</u>	<u>(189.502)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		154.483	1.782.486
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	17	(87.469)	(124.650)
Juros de arrendamento pagos	14	(240)	(233)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		66.774	1.657.603
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em Títulos e Valores Mobiliários - aplicação financeira		1.001.685	(816.713)
No intangível	13	(6.494)	(3.039)
No ativo de contrato	12	(308.695)	(229.121)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		686.496	(1.048.873)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de arrendamento	14b	(13.600)	(16.805)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(707.335)	(533.682)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(720.935)	(550.487)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	659.045	234.346
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	4	691.380	292.589

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	Jan a Mar/2021		Jan a Mar/2020	
Receitas				
Venda de energia e serviços	6.849.104		5.994.009	
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	321.301		248.407	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	10.906		724	
Outras receitas	636		-	
Ajuste para perdas em créditos de liquidação duvidosa	(44.178)		(96.145)	
	<u>7.137.769</u>		<u>6.146.995</u>	
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(2.327.191)		(2.083.539)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(843.277)		(410.558)	
Serviços de terceiros	(427.839)		(338.735)	
Materiais	(182.867)		(139.559)	
Outros custos operacionais	(20.059)		(77.190)	
	<u>(3.801.233)</u>		<u>(3.049.581)</u>	
Valor adicionado bruto	<u>3.336.536</u>		<u>3.097.414</u>	
Retenções				
Amortização	(164.257)		(163.082)	
Valor adicionado líquido	<u>3.172.279</u>		<u>2.934.332</u>	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	126.899		128.024	
Valor adicionado a distribuir	<u>3.299.178</u>		<u>3.062.356</u>	
Distribuição do valor adicionado		%		%
Empregados	288.175	8,73	288.028	9,41
Remuneração direta	180.131	5,46	176.745	5,77
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	96.998	2,94	99.785	3,26
FGTS	11.046	0,33	11.498	0,38
Impostos, taxas e contribuições	2.444.252	74,09	2.397.386	78,29
Federais	1.039.294	31,50	1.003.355	32,76
Estaduais	1.402.759	42,52	1.390.487	45,41
Municipais	2.199	0,07	3.544	0,12
Remuneração de capitais de terceiros	174.599	5,29	180.353	5,88
Juros	172.466	5,23	178.687	5,83
Aluguéis	2.133	0,06	1.666	0,05
Remuneração de capital próprio	392.152	11,88	196.589	6,42
Juros sobre capital próprio	86.667	2,63	-	-
Lucros retidos	305.485	9,25	196.589	6,42
	<u>3.299.178</u>	<u>99,99</u>	<u>3.062.356</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.726.370 consumidores em 31 de março de 2021 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.1. Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia.

A Companhia criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, visando contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de *home-office* para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

A Companhia também adotou as seguintes medidas, visando contribuir com a sociedade:

- Flexibilização do fluxo de pagamentos e parcelamentos de valores arrecadados para clientes específicos, nos termos dos programas lançados pela Companhia durante o ano de 2020;
- Lançamento de campanha de negociação, em 20 de abril de 2021, permitindo o parcelamento da dívida de consumidores inadimplentes atendidos em “Baixa Tensão” da classe comercial, em até 12 vezes sem juros, incluindo a isenção da atualização financeira ainda não lançada em fatura, vigente por 30 dias.

A Administração da Companhia continua comprometida com o reforço de sua resiliência nos negócios e deliberou sobre uma série de medidas para preservação e aumento de sua liquidez, dentre as quais se destacam:

- Posição de caixa sólida para fazer frente aos compromissos assumidos e enfrentar as incertezas econômicas do cenário atual;
- Redução contínua do endividamento líquido;
- Fortalecimento do seu programa de investimento;
- Otimização da alocação de capital.

Impacto nas informações contábeis intermediárias

Desde março de 2020, a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia de Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

A crise ocasionada pela Covid-19 impactou as operações da Companhia em função da retração do mercado e das medidas de distanciamento social, com impacto nos processos de produção, com interrupção nas cadeias de suprimentos, reduzindo a demanda por mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações, o que resulta em menor consumo de energia e maior risco de inadimplência.

Em 31 de março de 2021, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, cujos principais impactos estão descritos a seguir:

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou as circunstâncias da pandemia de Covid-19 e as medidas tomadas para reduzir o impacto da retração econômica sobre a inadimplência. A Companhia intensificou as medidas para mitigar os riscos de inadimplência, com a realização de campanha específica para negociação com clientes, ações individualizadas de cobrança judicial, ampliação dos canais de negociação e diversificação dos meios de pagamento. A Companhia entende que as medidas adotadas mitigaram os efeitos da crise econômica sobre a arrecadação. Ressalta-se que a Resolução Aneel nº 928 estendeu a suspensão de fornecimento de energia dos consumidores das subclasses residenciais baixa renda e de determinados consumidores;
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A Companhia avaliou o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que estas não são afetadas de forma relevante por questões conjunturais de curto e médio prazos, uma vez que as principais premissas utilizadas são de longo prazo;
- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 26;

- No que se refere ao mercado de energia elétrica, no acumulado do ano de 2021, a energia transportada e a energia vendida aos consumidores da Cemig D apresentaram um crescimento de 9,66% e uma redução de 1,70%, respectivamente, em relação ao mesmo período do exercício anterior, refletindo as medidas adotadas de flexibilização das condições de isolamento social.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas informações contábeis intermediárias foram baseados nas melhores estimativas da Companhia e não se espera impactos significativos da pandemia no longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2021.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 14 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias.

2.2. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais e as informações contábeis intermediárias.

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2020	31/03/2021	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	-	Da concessão
4	3	Informações por segmentos operacionais
5	4	Caixa e equivalentes de caixa
6	5	Títulos e valores mobiliários
7	6	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
8	7	Tributos compensáveis
9	8	Imposto de renda e contribuição social
10	9	Depósitos vinculados a litígios
11	10	Reembolso subsídios tarifários
12	11	Ativos e passivos financeiros e setoriais da concessão
13	12	Ativos de contrato
14	13	Intangível
15	14	Operações de arrendamento mercantil
16	15	Fornecedores
17	16	Impostos, taxas e contribuições e valores a restituir a consumidores
18	17	Empréstimos, financiamentos e debêntures
19	18	Encargos regulatórios
20	19	Obrigações pós-emprego
21	20	Provisões
22	21	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
23	22	Receita
24	23	Custos e despesas operacionais
25	24	Receitas e despesas financeiras
26	25	Transações com partes relacionadas
27	26	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
28	-	Seguros
29	-	Obrigações contratuais
30	27	Transações não envolvendo caixa
31	28	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
3	Das concessões
29	Seguros
30	Obrigações contratuais

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2021	31/12/2020
Contas bancárias	52.673	77.758
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (1)	347.297	474.003
Overnight (2)	291.410	107.284
	638.707	581.287
	691.380	659.045

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 70% a 109% em 31 de março de 2021 (65% a 108% em 31 de dezembro de 2020), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 2,64% a.a. em 31 de março de 2021 (1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/03/2021	31/12/2020
Certificados de Depósitos Bancários (1)	27.479	341.413
Letras Financeiras (LF) - Bancos (2)	1.331.336	1.754.948
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (3)	195.273	457.503
Debêntures (4)	16.896	19.252
Outros	3.821	3.374
	1.574.805	2.576.490
Ativo circulante	1.242.795	2.104.119
Ativo não circulante	332.010	472.371

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - Cetip, que varia entre 108,5% a 117% em 31 de março de 2021, conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 103,10% a 157% do CDI em 31 de março de 2021 (99,50% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs possuem taxa de remuneração que varia entre 2,60% a 2,90% a.a. em 31 de março de 2021 (1,86% a 1,90% a.a. em 31 de dezembro de 2020).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% a 109% do CDI em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 25 e 26.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	31/03/2021	31/12/2020
Residencial	720.901	305.651	439.090	174.260	63.634	1.703.536	1.666.208
Industrial	31.443	74.234	20.797	16.431	145.070	287.975	281.005
Comércio, serviços e outras	280.747	159.849	98.308	58.185	137.898	734.987	745.764
Rural	142.442	77.380	73.070	56.528	20.335	369.755	394.907
Poder público	138.008	29.975	13.843	18.175	197.451	397.452	389.510
Iluminação pública	26.795	546	1.437	1.116	639	30.533	59.253
Serviço público	51.051	42.306	6.581	5.566	25.619	131.123	125.561
Subtotal - consumidores	1.391.387	689.941	653.126	330.261	590.646	3.655.361	3.662.208
Concessionários - transporte de energia	46.143	228.620	24.330	17.093	83.250	399.436	365.842
Suprimento - energia de curto prazo	-	-	626	287	-	913	20.653
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(257.754)	(11.876)	(12.499)	(6.298)	(395.279)	(683.706)	(647.429)
	1.179.776	906.685	665.583	341.343	278.617	3.372.004	3.401.274
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						2.955.628	2.989.608
Concessionários - transporte de energia						287.090	257.540
Ativo não circulante							
Consumidores e revendedores						95.257	120.041
Concessionários - transporte de energia						34.029	34.085

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 26 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 25.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2021	31/12/2020
Residencial	109.048	106.870
Industrial	144.289	136.934
Comércio, serviços e outras	190.215	182.155
Rural	28.033	28.684
Poder público	97.643	82.487
Iluminação pública	1.682	1.513
Serviço público	34.480	34.569
Concessionários - transporte de energia	78.316	74.217
	683.706	647.429

Em 31 de julho de 2020, a Companhia protocolou requerimento na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG para compensação das dívidas de consumo e serviços de energia elétrica da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais utilizando débitos tributários relativos ao ICMS, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 47.908/2020, que regulamentou a Lei Estadual 47.891/2020. As dívidas do Estado de Minas Gerais junto à Companhia, passíveis de compensação, são aquelas vencidas até 30 de junho de 2019, no valor de R\$222.266. As compensações tiveram início em abril de 2021, após a homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda e a formalização do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida ocorridas em 31 de março de 2021. Até o mês de maio de 2021, foram compensadas duas do total de 21 parcelas, no valor de R\$10.584 cada. A expectativa é de que as compensações ocorram mensalmente nesse mesmo valor até dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no período é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	647.429
Constituições, líquidas	44.178
Baixas	(7.901)
Saldo em 31 de março de 2021	683.706

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	31/03/2021	31/12/2020
Circulante		
ICMS a recuperar	67.832	62.221
Cofins (a) (b)	1.227.275	1.165.559
PIS/Pasep (a) (b)	267.404	254.001
Outros	1.886	1.896
	1.564.397	1.483.677
Não circulante		
ICMS a recuperar (b)	239.894	232.011
Cofins (a)	1.884.676	2.182.732
PIS/Pasep (a)	409.173	473.883
	2.533.743	2.888.626
	4.098.140	4.372.303

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Dessa forma, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia.

A Companhia optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, resguardando o direito à restituição dos valores daqueles que ingressaram com ações até 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado (e não somente o recolhido), conforme critério de registro adotado pela Companhia.

A Companhia possui registrado em 31 de março de 2021 o montante de R\$1.491.584 no ativo circulante e R\$2.293.849 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos tributários a serem recebidos deve ser objeto de restituição aos seus consumidores considerando um período máximo de 10 anos aplicável ao cálculo de tal devolução. Sendo assim, a Companhia constituiu um passivo no montante total dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização, apresentado na nota explicativa nº 16. A Companhia aguarda a conclusão da Aneel quanto aos critérios e mecanismos de ressarcimento desses valores aos consumidores.

No primeiro trimestre de 2021, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$299.893 (R\$945.886 no exercício de 2020).

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas informações contábeis intermediárias.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no período corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	31/03/2021	31/12/2020
Imposto de renda	11.003	108.732
Contribuição social	67.153	86.474
	78.156	195.206
Circulante	11.309	128.539
Não circulante	66.847	66.667

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, de recolhimentos a título de antecipações, requeridos pela legislação tributária, superiores ao valor devido, apurados pela controladora quando do ajuste anual, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	31/03/2021	31/12/2020
Ativos fiscais diferidos		
Obrigações pós-emprego	1.473.198	1.463.842
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	250.050	241.419
Provisão para redução a valor recuperável	18.834	18.834
Provisões para contingências	351.860	356.956
Taxa de administração	5.157	5.250
Participação de empregados e administradores no resultado	30.534	25.055
Outros	6.289	6.083
	2.135.922	2.117.439
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(200.140)	(198.689)
Encargos financeiros capitalizados	(168.856)	(168.909)
Custo de captação	(2.662)	(2.821)
	(371.658)	(370.419)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.764.264	1.747.020

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.747.020
Efeitos alocados ao resultado	17.244
Saldo em 31 de março de 2021	1.764.264

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social (alíquotas de 25% e 9%, respectivamente) com a despesa efetiva apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Resultado antes dos impostos	541.591	297.218
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(184.141)	(101.054)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	29.467	-
Incentivos fiscais	9.323	7.822
Contribuições e doações indedutíveis	(342)	(422)
Multas indedutíveis	(3.639)	(6.565)
Outros	(107)	(410)
	(149.439)	(100.629)
Alíquota efetiva	27,59%	33,86%
Corrente	(166.683)	(116.958)
Diferido	17.244	16.329

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	31/03/2021	31/12/2020
Trabalhista	208.622	222.090
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	69.390	11.281
IR/INSS indenização do anuênio (1)	204.983	204.739
Outros	37.950	37.660
	312.323	253.680
Outros		
Regulatório	29.033	28.984
Cível	5.536	5.537
Relações de consumo	5.547	5.629
Bloqueio judicial	9.469	7.105
Outros	4.905	4.603
	54.490	51.858
	575.435	527.628

(1) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 - Provisões (indenização do anuênio).

10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

Em 31 de março de 2021, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$247.847 (R\$281.019 em 31 de março de 2020). Deste valor, a Companhia tem a receber R\$82.616 (R\$82.616 em 31 de dezembro de 2020), reconhecidos no ativo circulante.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	31/03/2021	31/12/2020
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	554.724	530.058
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros (b)	297.751	132.681
	852.475	662.739
Ativo circulante	31.039	-
Ativo não circulante	821.436	662.739

PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	31/03/2021	31/12/2020
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" CVA e outros componentes financeiros (b)	(59.026)	(231.322)
Passivo circulante	(59.026)	(231.322)

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia se enquadra nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig D e a Aneel.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	530.058
Transferências de ativos de contrato (Nota 12)	13.824
Baixas	(64)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	10.906
Saldo em 31 de março de 2021	554.724

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são remuneradas pela taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados. Estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/03/2021			31/12/2020		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	40.962	2.318.129	2.359.091	83.984	1.561.906	1.645.890
Ativo circulante	40.962	1.616.732	1.657.694	83.984	834.093	918.077
Ativo não circulante	-	701.397	701.397	-	727.813	727.813
Passivo	(99.988)	(2.020.378)	(2.120.366)	(246.242)	(1.498.289)	(1.744.531)
Passivo circulante	(99.988)	(1.585.693)	(1.685.681)	(246.242)	(903.157)	(1.149.399)
Passivo não circulante	-	(434.685)	(434.685)	-	(595.132)	(595.132)
Total circulante líquido	(59.026)	31.039	(27.987)	(162.258)	(69.064)	(231.322)
Total não circulante líquido	-	266.712	266.712	-	132.681	132.681
Total líquido	(59.026)	297.751	238.725	(162.258)	63.617	(98.641)

COMPONENTES FINANCEIROS	31/03/2021			31/12/2020		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	884	61.642	62.526	879	-	879
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	851	381.845	382.696	847	217.778	218.625
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	103	29.286	29.389	103	17.618	17.721
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	(138)	23.505	23.367	(138)	5.857	5.719
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva - EER	(1.473)	235.783	234.310	(1.465)	38.549	37.084
Energia elétrica comprada para revenda	4.105	497.856	501.961	4.078	448.720	452.798
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	(22.331)	236.093	213.762	(55.828)	165.793	109.965
Neutralidade da parcela A	(1.082)	144.151	143.069	(2.706)	109.965	107.259
Devolução faturamento - Conta-Covid (2)	-	(725.202)	(725.202)	-	(504.476)	(504.476)
Outros itens financeiros	(34.500)	(528.012)	(562.512)	(86.248)	(394.367)	(480.615)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(5.445)	(59.196)	(64.641)	(21.780)	(41.820)	(63.600)
TOTAL	(59.026)	297.751	238.725	(162.258)	63.617	(98.641)

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 27 de agosto de 2020 foi publicado o Despacho nº 2.508/2020-SRM-SGT/Aneel, que definiu os montantes de sobrecontratação dos agentes de distribuição referentes ao ano de 2016 e 2017, tendo como base novo critério de avaliação estabelecido na Nota Técnica nº 97/2020-SRM-SGT/Aneel, que não está previsto nas normas regulatórias vigentes. Desta forma, a Cemig Distribuição interpôs recurso junto à Diretoria da Aneel, para que passasse a refletir valores de sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição condizentes com os critérios de aferição de máximo esforço constantes da Resolução Normativa Aneel nº 453/2011. Importante ressaltar que semelhante recurso foi interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("Abradee"), suportado na opinião de assessores jurídicos contratados, o que reforça o entendimento da Companhia. A Companhia não possui expectativa de perdas em relação à realização desses valores e reconhece esse direito, no montante de R\$223.938 em 31 de março de 2021, como outros componentes financeiros a serem homologados. Esse assunto encontra-se pendente de análise por parte da Aneel até a data da emissão dessas informações contábeis intermediárias.
- (2) Componente financeiro criado para devolução de valores faturados dos consumidores em função do recebimento destes via Conta-Covid, no exercício de 2020. Estes valores serão devolvidos aos consumidores no processo tarifário de 2021, devidamente atualizados pela Selic, assegurada a neutralidade.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(98.641)
Constituição líquida de ativos financeiros	235.703
Realização	103.204
Atualização Selic (Nota 24)	(1.541)
Saldo em 31 de março de 2021	238.725

12. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15/CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.141.599
Adições	314.807
Transferências para o ativo financeiro (Nota 11)	(13.824)
Transferências para o ativo intangível (Nota 13)	(149.156)
Saldo em 31 de março de 2021	1.293.426

Dentre as adições realizadas no primeiro trimestre de 2021, no montante de R\$314.807, está contemplado R\$6.112 (R\$16.337 no período de janeiro a março de 2020) a título de encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 17.

A Companhia não possui ativos de contrato com vida útil indefinida.

13. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão.

a) Composição do saldo

	31/03/2021			31/12/2020		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	21.972.453	(9.928.943)	12.043.510	21.815.858	(9.759.741)	12.056.117
(-) Obrigações especiais	(4.434.423)	1.479.686	(2.954.737)	(4.391.518)	1.438.572	(2.952.946)
Ativos da concessão líquidos	17.538.030	(8.449.257)	9.088.773	17.424.340	(8.321.169)	9.103.171
Intangível em curso	111.169	-	111.169	104.098	-	104.098
Total do intangível	17.649.199	(8.449.257)	9.199.942	17.528.438	(8.321.169)	9.207.269

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.207.269
Adições	6.494
Baixas	(7.923)
Transferência de ativos de contrato (Nota 12)	149.156
Amortização	(155.054)
Saldo em 31 de março de 2021	9.199.942

Dentre as adições realizadas no período de janeiro a março de 2021, no montante de R\$6.494, não houve movimentação a título de encargos financeiros (reversão de R\$90 no período de janeiro a março de 2020).

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos e são revisados anualmente pela Administração, conforme apresentado a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 4,10%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,89%	15,68%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

14. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2)/ IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2021 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia, baseada nas suas dívidas contratadas e em cotações junto a instituições financeiras, e refletem o risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	145.456	20.888	-	166.344
Baixa (contratos encerrados)	(1.189)	-	-	(1.189)
Adição	1.488	-	-	1.488
Amortização (1)	(1.742)	(7.572)	-	(9.314)
Remensuração	168	1.382	-	1.550
Saldo em 31 de março de 2021	144.181	14.698	-	158.879

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$111 no período de janeiro a março de 2021 (R\$345 no período de janeiro a março de 2020).

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	177.762
Adição	1.488
Baixas (contratos encerrados)	(1.350)
Juros incorridos (1)	5.295
Arrendamentos pagos	(13.600)
Juros sobre arrendamentos pagos	(240)
Remensuração	1.550
Saldo em 31 de março de 2021	170.905
Passivo circulante	35.565
Passivo não circulante	135.340

(1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, nos montantes de R\$333 no período de janeiro a março de 2021 (R\$334 no período de janeiro a março de 2020).

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	489.012	170.905
PIS/Pasep e Cofins potencial	42.142	13.420

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimentos de passivos de arrendamento é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2021	32.510
2022	20.839
2023	20.801
2024	20.765
2025	20.710
2026 a 2046	373.387
Valores não descontados	489.012
Juros embutidos	(318.107)
Passivo de arrendamentos	170.905

15. FORNECEDORES

	31/03/2021	31/12/2020
Energia de curto prazo - CCEE	97.416	408.932
Encargos de uso da rede elétrica (1)	200.496	198.108
Energia elétrica comprada para revenda	461.726	518.990
Itaipu binacional	329.952	325.277
Materiais e serviços	340.591	332.300
	1.430.181	1.783.607

- (1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	31/03/2021	31/12/2020
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	165.051	79.595
Cofins	67.037	63.682
PIS/Pasep	14.468	13.719
INSS	19.094	19.660
ISSQN	11.485	10.150
Imposto de renda sobre Juros s/ capital próprio declarado	-	37.960
Outros	22.369	9.724
	299.504	234.490
Valores a serem restituídos a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	836.107	448.019
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	3.023.426	3.569.837
	3.859.533	4.017.856

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores são referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da inclusão do ICMS à base de cálculo destas contribuições. Conforme nota explicativa nº 7a, a Companhia reconheceu, em 2019, o seu direito de compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic, em função do trânsito em julgado da ação ordinária movida, com decisão favorável à Companhia.

A Cemig D possui um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores, compreendendo o período de 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a receita financeira auferida sobre a atualização dos créditos.

Os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários.

Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R\$714.339, a vigorar de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	31/03/2021						31/12/2020
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	4.871	10.583	15.454	11.725
Dívida em moeda estrangeira				4.871	10.583	15.454	11.725
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	3.358	4.817	8.175	9.058
Dívida em moeda nacional				3.358	4.817	8.175	9.058
Total de empréstimos e financiamentos				8.229	15.400	23.629	20.783
Debêntures							
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (2)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	-	-	-	587.956
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (2)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	260.095	762.179	1.022.274	1.035.247
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (2)	2024	CDI + 0,454%	R\$	542.362	1.215.000	1.757.362	1.891.927
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (2)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	18.757	1.624.452	1.643.209	1.587.924
(-) Deságio na emissão de debêntures (3)				-	(17.486)	(17.486)	(18.300)
(-) Custos de transação				(766)	(7.062)	(7.828)	(8.297)
Total de debêntures				820.448	3.577.083	4.397.531	5.076.457
Total geral				828.677	3.592.483	4.421.160	5.097.240

- (1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$259.118, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$243.663. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;
- (2) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
- (3) Deságio na 7ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Moedas							
Dólar Norte-Americano	4.871	-	-	10.583	-	-	15.454
Total por moedas	4.871	-	-	10.583	-	-	15.454
Indexadores							
IPCA (1)	24.792	254.060	254.060	254.060	1.066.285	812.226	2.665.483
UFIR/RGR (2)	2.531	3.262	2.382	-	-	-	8.175
CDI (3)	407.362	540.000	540.000	270.000	-	-	1.757.362
Total por Indexadores	434.685	797.322	796.442	524.060	1.066.285	812.226	4.431.020
(-) Custos de transação	(493)	(766)	(766)	(438)	(2.737)	(2.628)	(7.828)
(-) Deságio	-	-	-	-	(8.743)	(8.743)	(17.486)
Total geral	439.063	796.556	795.676	534.205	1.054.805	800.855	4.421.160

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada no 1º trimestre de 2021 (%)	Variação acumulada no 1º trimestre de 2020 (%)	Indexador	Variação acumulada no 1º trimestre de 2021 (%)	Variação acumulada no 1º trimestre de 2020 (%)
Dólar Norte-Americano	9,63	28,98	IPCA	2,05	0,53
			CDI	0,48	1,02

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.097.240
Varição monetária	70.582
Varição cambial	881
Encargos financeiros provisionados	47.261
Amortização do custo de transação	468
Encargos financeiros pagos	(87.469)
Amortização de principal	(707.335)
Reclassificação de empréstimos para Outros Credores (1)	(468)
Saldo em 31 de março de 2021	4.421.160

(1) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI + 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI + 6%). Em 2020, o saldo desses aportes foi reclassificado para Outros Credores (Clientes).

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	47.261	65.854
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato e intangível (1) (Notas 12 e 13)	(6.112)	(16.247)
Efeito líquido no resultado	41.149	49.607

(1) A taxa média de capitalização foi de 7,95% a.a. em 31 de março de 2021 (6,88% a.a. em 31 de março de 2020).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Garantias

Em 31 de março de 2021, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

Aval e fiança	3.375.693
Recebíveis	1.021.840
Ações	23.098
Sem garantia	529
TOTAL	4.421.160

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de Debêntures (1)	Dívida líquida / Ebitda ajustado (2)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual

- (1) O título descrito acima possui exigibilidade de cumprimento da cláusula restritiva em conformidade aos índices requeridos até o seu vencimento, conforme demonstrado em quadro detalhado do início desta nota explicativa.
- (2) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

As cláusulas restritivas permanecem em conformidade em 31 de março de 2021.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2021	31/12/2020
Passivo		
Programa de eficiência energética - PEE	204.005	264.952
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	76.696	86.402
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.556	2.639
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	7.396	5.562
CDE sobre P&D	17.496	-
CDE sobre PEE	84.522	-
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	1.683	1.683
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	41.805	89.825
	488.029	501.933
Passivo circulante	366.826	267.696
Passivo não circulante	121.203	234.237

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	1.790.300	2.400.299	45.751	410.231	4.646.581
Despesa reconhecida no resultado	30.812	45.587	899	7.912	85.210
Contribuições pagas	(41.017)	(28.638)	(522)	(1.790)	(71.967)
Passivo líquido em 31 de março de 2021	1.780.095	2.417.248	46.128	416.353	4.659.824
				31/03/2021	31/12/2020
Passivo circulante				219.686	213.283
Passivo não circulante				4.440.138	4.433.298

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$71.897 (R\$71.202 em 31 de março de 2020), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$13.313 (R\$12.558 em 31 de março de 2020).

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de março de 2021, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$328.093 (R\$342.369 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de março de 2021, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência desses déficits é de R\$393.746 (R\$391.333 em 31 de dezembro de 2020). A celebração dos contratos ocorreu em maio de 2017, março de 2018 e abril de 2019 para os déficits de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$264.752, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$128.994. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$116.228, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

Em 6 de abril de 2021 a Cemig efetuou o pagamento em consignação à Forluz da 1ª parcela do equacionamento do déficit do Plano A de 2019, no montante de R\$730, a ser rateado entre Cemig, Cemig D e Cemig GT, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva.

20. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2020	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2021
Trabalhistas	337.064	17.203	(8.945)	(17.203)	328.119
Cíveis					
Relações de consumo	21.540	5.247	-	(3.749)	23.038
Outras ações cíveis	29.117	4.420	-	(940)	32.597
	50.657	9.667	-	(4.689)	55.635
Tributárias	815.454	45.750	(78.688)	(32)	782.484
Ambientais	5	67	-	-	72
Regulatórias	29.627	1.314	(2.440)	(643)	27.858
Outras	13.955	3.249	(2.243)	(3.024)	11.937
Total	1.246.762	77.250	(92.316)	(25.591)	1.206.105

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.282.176 (R\$1.163.625 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$328.119 foram provisionados (R\$337.064 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou parcialmente procedente duas ações declaratórias de constitucionalidade e definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da taxa referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral. Os efeitos desta decisão foram modulados da seguinte forma:

- ✓ Os pagamentos realizados, em tempo e modo oportunos, mediante aplicação da TR, do IPCA-E ou de qualquer outro índice, deverão ser mantidos válidos e não ensejarão qualquer rediscussão;
- ✓ Os processos em curso, que estejam sobrestados na fase de conhecimento, devem ter aplicação da taxa Selic de forma retroativa, sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF; e,
- ✓ Aplicação automática do entendimento às ações transitadas em julgado, desde que não haja qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros, inclusive em caso de omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$121.357 (R\$117.229 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$23.038 (R\$21.540 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$296.968 (R\$277.595 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$32.597 (R\$29.117 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$867.992 (R\$990.654 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$775.376 (R\$808.447 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A variação relevante no trimestre no montante das contingências decorre, dentre outros fatores, de decisão favorável obtida pela Companhia em um dos processos administrativos referentes à PLR das competências de janeiro a outubro de 2010, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal.

Demais ações tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$109.319 (R\$109.540 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$7.108 (R\$7.007 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$254.664 (R\$256.803 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$27.858 (R\$29.627 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$371.069 (R\$356.236 em 31 de dezembro de 2020) dos quais R\$716 (R\$687 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$447.166 (R\$428.111 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$11.292 (R\$13.272 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$204.983 (R\$204.739 em 31 de dezembro de 2020), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica "Trabalhistas". O valor da contingência, atualizado, é de R\$211.631 (R\$211.026 em 31 de dezembro de 2020) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$97.913 (R\$91.233 em 31 de dezembro de 2020). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa aos temas questionados.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$86.259 (R\$85.944 em 31 de dezembro de 2020) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$289.531 (R\$284.856 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio ("JCP") no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$63.112 em 31 de março de 2021, e a probabilidade de perda foi avaliada como possível, fundamentada na análise do atual entendimento dos tribunais brasileiros relativo à questão.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$37.680 (R\$35.973 em 31 de dezembro de 2020).

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido, em primeira instância, foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$369.446 (R\$356.907 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$174.387 (R\$167.168 em 31 de dezembro de 2020) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$5.371.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Lucro por ação

O lucro por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do exercício	392.152	196.589
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,17	0,08

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

c) Remuneração dos acionistas

Conforme previsto no seu Estatuto Social, a Companhia poderá, a critério da Administração, declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

Em 23 de março de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP no montante de R\$86.667, a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório de 2021, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor.

22. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	5.074.888	4.895.060
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (*)	178.373	-
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	842.555	730.219
Constituição de CVA e outros componentes financeiros (c)	338.907	(54.602)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	321.301	248.407
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	10.906	724
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(30.569)	(17.199)
Outras receitas operacionais (f)	444.950	440.531
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(2.519.336)	(2.465.761)
	4.661.975	3.777.379

(*) Maiores informações na nota explicativa nº 7a.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Residencial	2.875.007	2.785.000	2.659.586	2.559.056
Industrial	430.303	472.440	315.126	328.085
Comércio, serviços e outros	1.106.513	1.323.647	1.107.130	1.195.616
Rural	837.407	771.566	532.951	471.875
Poder público	186.717	217.006	137.104	157.868
Iluminação pública	355.356	339.494	211.955	152.776
Serviço público	347.115	335.474	194.880	178.663
Subtotal	6.138.418	6.244.627	5.158.732	5.043.939
Consumo próprio	8.560	9.406	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	913	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(84.757)	(148.879)
Total	6.146.978	6.254.033	5.074.888	4.895.060

(*) Valores em MWh não revisados pelos auditores independentes.

b) Receita de uso da rede - consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia está na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

O total de energia transportada, em MWh, por classe de consumidores, está apresentado na tabela abaixo:

	MWh (*)	
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Industrial	4.982.862	4.520.139
Comercial	366.150	354.000
Rural	9.787	7.229
Serviço Público	651	-
Concessionárias	72.117	71.813
Total de energia transportada	5.431.567	4.953.181

(*) Valores em MWh não revisados pelos auditores independentes.

c) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente, homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme descrito na nota explicativa nº 11b.

d) Receita de construção de infraestrutura de distribuição

Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura da concessão cujo reconhecimento está diretamente relacionado aos gastos incorridos com as adições aos ativos da infraestrutura. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

f) Outras receitas operacionais

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Serviço taxado	3.982	3.755
Outras prestações de serviços	5.279	3.355
Subvenções Baixa Renda	65.246	44.182
Outras subvenções (1)	266.321	286.393
Aluguel e arrendamento	46.757	39.440
Transações na CCEE	57.197	63.300
Outras	168	106
	444.950	440.531

(1) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, de acordo com o decreto nº 7.891/2013, no montante de R\$247.847 de janeiro a março de 2021 (R\$281.019 de janeiro a março de 2020), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; e a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$18.474 de janeiro a março de 2021 (R\$5.374 de janeiro a março de 2020), reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT.

g) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Impostos sobre a receita		
ICMS	1.401.754	1.390.035
PIS/Pasep	88.470	75.842
Cofins	407.500	349.336
ISSQN	260	172
	1.897.984	1.815.385
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	25.422	16.905
Conta de desenvolvimento energético - CDE	613.479	552.139
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	10.169	6.762
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	10.169	6.762
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	5.084	3.381
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	(48.020)	59.583
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	5.049	4.844
	621.352	650.376
	2.519.336	2.465.761

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Pessoal	212.509	215.679
Participação de empregados e administradores no resultado	20.097	16.401
Obrigações pós-emprego	71.897	71.202
Materiais	15.521	15.177
Serviços de terceiros (a)	299.855	252.181
Energia elétrica comprada para revenda (b)	2.148.339	1.919.179
Amortização (Nota 13b)	155.054	150.934
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 14)	9.203	12.148
Provisões operacionais (c)	18.112	125.748
Encargos de uso da rede básica de transmissão	765.274	372.581
Custo de construção da infraestrutura de distribuição (d)	321.301	248.407
Outras despesas operacionais líquidas (e)	43.767	46.108
	4.080.929	3.445.745

a) Serviços de terceiros

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Leitura de medidores e entrega de contas	31.174	32.050
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	116.401	107.728
Comunicação	39.620	30.512
Conservação e limpeza de prédios	10.901	9.522
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	23.166	14.221
Corte e religação	16.007	11.229
Podas de árvores	10.805	9.028
Serviços advocatícios e custas processuais	3.350	3.487
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	2.002	1.018
Serviços de tecnologia da informação	20.352	9.015
Mão de obra contratada	1.122	1.553
Hospedagem e alimentação	2.074	2.264
Vigilância	1.183	2.636
Manutenção e conservação de veículos	454	567
Reprografia e publicações legais	2.216	4.285
Consultoria	2.574	959
Inspeção de unidades consumidoras	5.602	3.789
Serviços logísticos	2.027	980
Outros	8.825	7.338
	299.855	252.181

b) Energia elétrica comprada para revenda

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Energia de Itaipu binacional	487.525	427.812
Contratos por cotas de garantia física	212.487	200.234
Cotas das usinas de Angra I e II	61.144	75.742
Energia de curto prazo - CCEE	-	221.689
Contratos bilaterais	84.987	79.176
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	1.130.524	827.471
PROINFA	95.500	77.933
Geração distribuída	255.024	173.482
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(178.852)	(164.360)
	2.148.339	1.919.179

c) Provisões (reversões) operacionais

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 6) (1)	44.178	96.145
Perda estimada (reversão) para outros créditos a receber (2)	(11.000)	-
Provisão (reversão) para contingências (Nota 20)		
Trabalhistas	8.258	6.480
Cíveis	9.667	15.539
Tributárias	(32.938)	7.431
Ambientais	67	3
Regulatórias	(1.126)	(489)
Outras	1.006	639
	(15.066)	29.603
	18.112	125.748

(1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração do resultado como despesas com vendas.

(2) Estes valores estão apresentados, na demonstração de resultado, como outras despesas operacionais.

d) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Pessoal	13.244	15.720
Materiais	167.346	124.382
Serviços de terceiros	126.440	86.553
Encargos financeiros	6.112	16.247
Arrendamentos e aluguéis	499	3
Impostos e taxas	1.311	312
Outros	6.349	5.190
	321.301	248.407

e) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Arrendamentos e aluguéis (1)	1.024	781
Propaganda e publicidade	115	972
Subvenções e doações	1.007	1.560
Anuidade CCEE	824	801
Seguros	2.702	2.240
Forluz - custeio administrativo	5.512	5.326
Resultado na desativação e alienação de bens	11.798	6.493
Agentes arrecadadores	20.918	21.998
Impostos e taxas	2.952	3.835
Outras (reversão) despesas	(3.085)	2.102
	43.767	46.108

- (1) A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos seus custos totais. Sendo assim, nessa linha, permanecem os arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16/CPC 06.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	13.428	7.645
Acréscimos moratórios de contas de energia	113.424	90.026
Variações monetárias	668	1.041
Variação monetária depósitos judiciais	1.553	9.152
Variação monetária - CVA (Nota 11)	-	11.643
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(6.310)	(7.167)
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (1)	-	8.636
Outras	4.136	7.048
	126.899	128.024
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(41.149)	(49.607)
Amortização do custo de transação (Nota 17)	(468)	(507)
Encargos de variação monetária - Forluz	(13.313)	(12.558)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (Nota 17)	(881)	(4.536)
Variações cambiais de Itaipu	(16.963)	(34.009)
Variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(70.582)	(50.392)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (1)	(8.569)	-
Variação monetária - CVA (Nota 11b)	(1.541)	-
Variação monetária de P&D e PEE	(1.305)	(2.952)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 14)	(4.962)	(5.404)
Outras variações monetárias	(3.208)	(697)
Outras	(3.413)	(1.778)
	(166.354)	(162.440)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(39.455)	(34.416)

- (1) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e revendedores (1)	328.220	334.824	-	-	32.630	39.507	-	-
Cemig								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (2)	-	-	5.143	10.072	-	-	(5.143)	(4.393)
Operações com energia elétrica (3)	72	73	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	383.101	309.434	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (2)	-	-	1.287	1.707	-	-	(1.287)	-
Operações com energia elétrica (3)	4.605	1.245	29.548	29.421	6.640	6.771	(81.013)	(69.412)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	9.716	8.037	10.876	9.872	(23.437)	(21.060)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	22.913	22.668	-	-	(50.713)	(49.072)
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	25.300	25.154	-	-	(55.997)	(54.310)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	927	922	-	-	(2.265)	(1.977)
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	7.113	7.188	-	-	(24.500)	(20.262)
Axiom								
Circulante								
Prestação de serviço (4)	-	-	2.820	3.722	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	464	-	587	144	1.392	1.259	(1.738)	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	291.411	107.284	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.238.974	2.100.746	-	-	22.773	4.558	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	332.010	472.371	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (5)	-	-	117.662	114.956	-	-	(30.812)	(31.918)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (6)	-	-	-	-	-	-	(12.054)	(13.956)
Custeio administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(5.512)	(5.326)
Arrendamento operacional (8)	126.382	127.659	16.644	16.644	-	-	(1.841)	(7.609)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (5)	-	-	1.662.433	1.675.343	-	-	-	-
Arrendamento operacional (8)	-	-	119.310	119.512	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (9)	-	-	110.038	104.556	-	-	(46.486)	(43.594)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (9)	-	-	2.353.338	2.341.494	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Em 31 de março de 2021 encontram-se 20 parcelas em aberto. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D obteve autorização, em 31 de março de 2021, junto à Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais para compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia nos termos da Lei Estadual 23.705/2020. O valor mensal a compensar será de, aproximadamente, R\$10,5 milhões, em 21 parcelas iguais;
- Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado, organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, as operações são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 19);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 19).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, de 54,44% em 31 de março de 2021.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Remuneração	1.741	1.755
Participação nos resultados	398	416
Previdência privada	129	124
Planos de saúde e odontológico	16	15
Total	2.284	2.310

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	31/03/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	2	505.374	505.374	754.013	754.013
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 6)	2	3.037.125	3.037.125	3.066.450	3.066.450
Consumidores - contas a receber do Estado de Minas Gerais (Nota 6)	2	334.879	334.879	334.824	334.824
Fundos vinculados	2	9.552	9.552	9.808	9.808
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	297.751	297.751	132.681	132.681
Reembolso de subsídios tarifários	2	82.616	82.616	82.616	82.616
Subvenção baixa renda	2	43.054	43.054	43.072	43.072
Depósitos vinculados a litígios	2	575.435	575.435	527.628	527.628
		4.885.786	4.885.786	4.951.092	4.951.092
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	638.707	638.707	581.287	581.287
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	27.479	27.479	341.413	341.413
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	195.273	195.273	457.503	457.503
Letras financeiras - bancos	2	846.679	846.679	1.023.561	1.023.561
Debêntures	2	-	-	-	-
		1.069.431	1.069.431	1.822.477	1.822.477
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	554.724	554.724	530.058	530.058
		2.262.862	2.262.862	2.933.822	2.933.822
		7.148.648	7.148.648	7.884.914	7.884.914
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(4.421.160)	(4.421.160)	(5.097.240)	(5.097.240)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(328.093)	(328.093)	(342.369)	(342.369)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(393.746)	(393.746)	(391.333)	(391.333)
Passivos financeiros setoriais - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	(59.026)	(59.026)	(231.322)	(231.322)
Fornecedores	2	(1.430.181)	(1.430.181)	(1.783.607)	(1.783.607)
Arrendamento	2	(170.905)	(170.905)	(177.762)	(177.762)
		(6.803.111)	(6.803.111)	(8.023.633)	(8.023.633)

(1) Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 11.

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 129,25% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,00%, CDI + 0,23% a CDI + 1,35%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira indexados à variação do dólar norte americano e pelo pagamento de energia comprada de Itaipu, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	31/03/2021		31/12/2020	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	(2.713)	(15.454)	(2.256)	(11.725)
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(57.914)	(329.952)	(62.593)	(325.277)
Passivo líquido exposto		(345.406)		(337.002)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 31 de março de 2022 será uma desvalorização de 10,48% (R\$5,10). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50%, em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	31/03/2021	31 de março de 2022		
	Valor contábil	Cenário dólar R\$5,10	Cenário dólar R\$6,38	Cenário dólar R\$7,65
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	(15.454)	(13.834)	(17.306)	(20.751)
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(329.952)	(295.360)	(369.490)	(443.040)
Passivo líquido exposto	(345.406)	(309.194)	(386.796)	(463.791)
Efeito líquido da variação cambial		36.212	(41.390)	(118.385)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 31 de março de 2021. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre as receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros líquida dos efeitos sobre as despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O passivo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	31/03/2021	31/12/2020
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	638.707	581.287
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	1.574.805	2.576.490
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11)	297.751	132.681
	2.511.263	3.290.458
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 17)	(1.757.362)	(1.891.927)
Passivos financeiros setoriais (Nota 11)	(59.026)	(231.322)
	(1.816.388)	(2.123.249)
Ativo (passivo) líquido exposto	694.875	1.167.209

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2022, a taxa Selic será de 5,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda na taxa de 25% e 50%, em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Redução nas taxas de juros nacionais	31/03/2021	31 de março de 2022		
	Valor contábil	Cenário Selic 5,50%	Cenário Selic 4,13%	Cenário Selic 2,75%
Ativos				
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	638.707	673.836	665.086	656.271
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	1.574.805	1.661.419	1.639.844	1.618.112
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11)	297.751	314.127	310.048	305.939
	2.511.263	2.649.382	2.614.978	2.580.322
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 17)	(1.757.362)	(1.854.017)	(1.829.941)	(1.805.689)
Passivos financeiros setoriais (Nota 11)	(59.026)	(62.272)	(61.464)	(60.649)
	(1.816.388)	(1.916.289)	(1.891.405)	(1.866.338)
Ativo líquido exposto	694.875	733.093	723.573	713.984
Efeito líquido da variação das taxas de juros		38.218	28.698	19.109

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de março de 2021, sendo parte de seus empréstimos e financiamentos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas também estão relacionados à variação da inflação por meio dos índices IPCA e IGP-M, contrabalanceando parte do risco de exposição da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	31/03/2021	31/12/2020
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11)	554.724	530.058
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M (Nota 25)	334.879	334.824
	889.603	864.882
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 17)	(2.665.483)	(3.211.127)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(328.093)	(342.369)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(393.746)	(391.333)
	(3.387.322)	(3.944.829)
Passivo líquido exposto	(2.497.719)	(3.079.947)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação deste indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 4,02% e a taxa de IGPM será de 3,85% em 31 de março de 2022, a Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/03/2021	31 de março de 2022		
	Valor contábil	Cenário IPCA 4,02% IGPM 3,85%	Cenário IPCA 5,03% IGPM 4,81%	Cenário IPCA 6,03% IGPM 5,78%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11)	554.724	577.024	582.627	588.174
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M (Nota 25)	334.879	347.772	350.987	354.235
	889.603	924.796	933.614	942.409
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 17)	(2.665.483)	(2.772.635)	(2.799.557)	(2.826.212)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(328.093)	(341.282)	(344.596)	(347.877)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(393.746)	(409.575)	(413.551)	(417.489)
	(3.387.322)	(3.523.492)	(3.557.704)	(3.591.578)
Passivo líquido exposto	(2.497.719)	(2.598.696)	(2.624.090)	(2.649.169)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(100.977)	(126.371)	(151.450)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa da empresa. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimento exclusivos da Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	54.116	128.876	788.384	3.638.806	818.153	5.428.335
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	9.318	18.664	85.167	269.376	-	382.525
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	4.116	8.291	37.746	218.200	369.409	637.762
	67.550	155.831	911.297	4.126.382	1.187.562	6.448.622
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.198.537	230.844	800	-	-	1.430.181
	1.266.087	386.675	912.097	4.126.382	1.187.562	7.878.803

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 31 de março de 2021, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$683.706.

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza aplicações financeiras que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio líquido	Limite por banco (% do PL) (1)
Risco federal (RF)	-	10%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Entre 0% e 7%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig, controladora da Companhia, estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo, Cemig.
2. Os bancos dos grupos “Risco Federal” e “A1” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos da Covid-19 encontra-se apresentada na nota explicativa nº 1.1.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é 105% da energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, com vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta a extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Em razão do processo de fiscalização promovido pela Aneel, foram recalculados os indicadores do Critério de Eficiência com relação à Continuidade dos Serviços para os períodos de janeiro de 2016 a maio de 2019, resultando em violação do limite anual global do indicador global de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC para os exercícios de 2016 e 2017. Considerando que o indicador DEC apurado para o exercício de 2019 também ultrapassou o limite global regulatório, aplicou-se a disposição prevista no art. 2º da Resolução Normativa Aneel 747/2016, que proíbe a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio quando estes valores, isoladamente ou em conjunto, superarem 25% do lucro líquido diminuído ou acrescido dos montantes destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências, prevista no art. 2º da Resolução Normativa Aneel 747/2016. É importante ressaltar que os indicadores internos (DECi e FECi) para manutenção da concessão de distribuição foram atendidos em todos os períodos.

Assim, os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no período findo em 31 de março de 2021.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”.

A Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais informações na nota explicativa nº 17.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	31/03/2021	31/12/2020
Total do passivo	17.836.989	18.964.978
Caixa e equivalentes de caixa	(691.380)	(292.589)
Títulos e valores mobiliários	(1.242.795)	(858.177)
Passivo líquido	15.902.814	17.814.212
Total do patrimônio líquido	6.327.116	4.904.797
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,51	3,63

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020, a Companhia realizou as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$6.112 no período de janeiro a março de 2021 (R\$16.247 no período de janeiro a março de 2020);
- adições no arrendamentos no montante de R\$1.488 em 31 de março de 2021.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2021

Em maio de 2021, a Cemig aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2021), com período de adesão de 10 a 31 de maio de 2021, sendo elegíveis todos os empregados da Cemig, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções previstas no Programa. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 36 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 10,5 remunerações.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicados de outra forma)

Lucro líquido do período

A Cemig Distribuição apresentou, no período de janeiro a março de 2021, lucro líquido de R\$392.152 em comparação ao lucro líquido de R\$196.589 no mesmo período de 2020. As principais variações na comparação dos resultados dos primeiros três meses de 2021 e 2020 estão apresentadas a seguir.

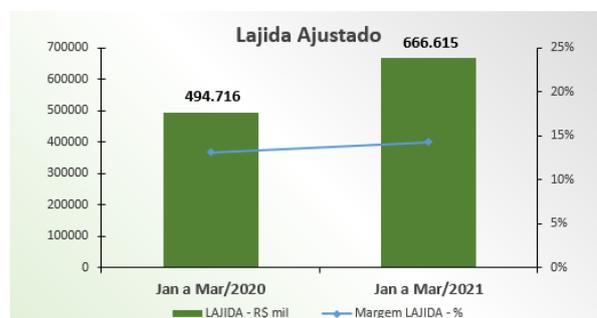
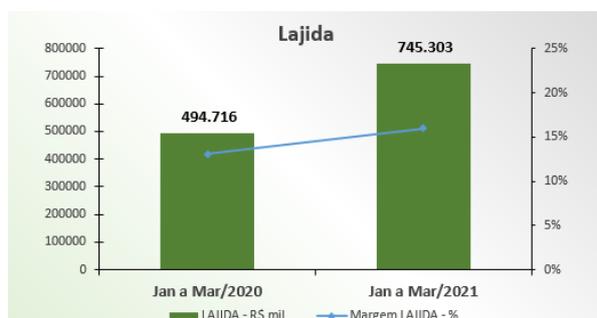
Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O Lajida da Cemig Distribuição apresentou um aumento de 50,65% nos primeiros três meses de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020, enquanto a margem do Lajida passou de 13,10% no primeiro trimestre de 2020 para 15,99% no mesmo período de 2021.

O Lajida ajustado pela exclusão de itens não recorrentes, por sua vez, apresentou um aumento de 34,75% nos primeiros três meses de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020, devido à reversão de provisão tributária de INSS sobre PLR realizada em 2021, enquanto a margem do Lajida passou de 13,10% no primeiro trimestre de 2020 para 14,30% no mesmo período de 2021.

Lajida - R\$ milhões	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020	Var %
Lucro líquido do exercício	392.152	196.589	99,48
Despesa com imposto de renda e contribuição social	149.439	100.629	48,50
Resultado financeiro líquido	39.455	34.416	14,64
Amortização	164.257	163.082	0,72
= Lajida (1)	745.303	494.716	50,65
Reversão de provisões tributárias	(78.688)	-	-
= Lajida ajustado (2)	666.615	494.716	34,75

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinários.



O aumento do Lajida no período de janeiro a março de 2021, em comparação ao mesmo período de 2020, decorre, principalmente, do aumento de 23,42% na receita líquida do período.

Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	5.074.888	4.895.060
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	178.373	-
Receita de uso da rede - consumidores livres	842.555	730.219
Constituição de CVA e outros componentes financeiros	338.907	(54.602)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	321.301	248.407
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	10.906	724
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(30.569)	(17.199)
Outras receitas operacionais	444.950	440.531
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(2.519.336)	(2.465.761)
	4.661.975	3.777.379

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.074.888 no período de janeiro a março de 2021, em comparação a R\$4.895.060 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 3,67%. Os principais impactos na receita, no primeiro trimestre de 2021, decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 3,23% da classe residencial, principalmente pelo crescimento de 2,4% no número de consumidores nesta classe, bem como aumento de 0,83% no consumo médio mensal devido ao maior tempo de permanência das pessoas nas residências durante a pandemia de Covid-19;
- aumento de 8,53% da classe rural, principalmente, pelo aumento de 32,5% no consumo do segmento de irrigação, responsável por 30% do consumo dessa classe, em reflexo ao menor volume de chuvas no período atual;
- redução de 16,40% da classe de comércio e serviços em função, principalmente, da expressiva migração de consumidores para a mini e microgeração distribuída, bem como para o mercado cativo. Adicionalmente, essa classe ainda sofre os impactos da pandemia de Covid-19, com estabelecimentos comerciais e de serviços não essenciais total ou parcialmente fechados ou com atividades presenciais reduzidas;
- redução de 13,96% da classe poder público em função, principalmente, devido aos efeitos da pandemia de Covid-19, com as instituições de ensino com aulas presenciais suspensas e os órgãos públicos com atividades presenciais reduzidas ou paralisadas;
- redução de 8,92% da classe industrial, em função, principalmente, da migração de consumidores cativos dessa classe para o ambiente livre.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo:

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh*		
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020	Var %
Residencial	2.875.007	2.785.000	3,23
Industrial	430.303	472.440	(8,92)
Comércio, serviços e outros	1.106.513	1.323.647	(16,40)
Rural	837.407	771.566	8,53
Poder público	186.717	217.006	(13,96)
Iluminação pública	355.356	339.494	4,67
Serviço público	347.115	335.474	3,47
Subtotal	6.138.418	6.244.627	(1,70)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a março de 2021, essa receita correspondeu ao montante de R\$842.555, comparada a R\$730.219 no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de 15,38%.

Esta variação decorre, principalmente, do reajuste tarifário anual da Companhia, com efeito de 10,16% sobre os consumidores livres, aplicável a partir de 30 de junho de 2020. Esse efeito passou a ser de 5,74% para os consumidores livres a partir do recálculo do reajuste tarifário em 19 de agosto de 2020.

Adicionalmente, verificou-se um aumento de 9,66% da energia transportada no período de janeiro a março de 2021, em comparação ao mesmo período do exercício anterior:

	MWh*		
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020	Var %
Industrial	4.982.862	4.520.139	10,24
Comercial	366.150	354.000	3,43
Rural	9.787	7.229	35,39
Serviço Público	651	-	-
Concessionárias	72.117	71.813	0,42
Total de energia transportada	5.431.567	4.953.181	9,66

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento energético (CDE) e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

No período de janeiro a março de 2021 foi reconhecida uma receita no montante de R\$338.907, em comparação ao reconhecimento de uma despesa no montante de R\$54.602 no mesmo período de 2020. Essa variação deve-se, principalmente, à maior constituição de CVA e demais componentes financeiros no primeiro trimestre de 2021, comparado ao mesmo período do exercício anterior, em função do aumento nos custos com compra de energia de Itaipu, indexada ao dólar, e custo de transmissão. Adicionalmente, a realização dos valores homologados no ciclo tarifário atual foi menor que no ciclo anterior.

Ver mais informações na nota explicativa nº 11.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$321.301 de janeiro a março de 2021, comparados a R\$248.407 no mesmo período de 2020. Tal aumento deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, principalmente no segmento de subtransmissão, que se refere à expansão, reforço e reforma de alta tensão.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.519.336 de janeiro a março de 2021, comparados a R\$2.465.761 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 2,17%, decorrente, principalmente, dos fatores destacados a seguir:

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Os encargos ficaram credores em R\$48.020 no período de janeiro a março de 2021 em comparação à dedução R\$59.583 no mesmo período de 2020. O valor credor no primeiro trimestre de 2021 deve-se ao estorno do valor provisionado em dezembro de 2020 ter sido superior ao registro dos encargos efetivos do primeiro trimestre de 2021. Como a situação da Companhia na CCRBT tem sido credora, os valores têm sido integralmente estornados, sem efeito no resultado, pois os valores faturados de bandeiras do consumidor são reconhecidos como antecipação de ativos financeiros setoriais.

No período comparativo, foi acionada a bandeira amarela nos meses de dezembro de 2019 (com impacto no faturamento de janeiro de 2020) e janeiro de 2020, e a bandeira verde no mês de fevereiro de 2020 (impacto no faturamento de março de 2020).

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$4.080.929 no período de janeiro a março de 2021, comparados a R\$3.445.745 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 18,43%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 23.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.148.339 no período de janeiro a março de 2021, comparada a R\$1.919.179 no mesmo período de 2020, um aumento de 11,94%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 13,96% nas despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo R\$487.525 no período de janeiro a março de 2021 comparadas a R\$427.812 no mesmo período de 2020, justificado, principalmente, pelo aumento de 19,87% do dólar médio nos períodos comparados (R\$5,55 de janeiro a março de 2021 e R\$4,63 no mesmo período de 2020), parcialmente compensado pela redução no preço em dólar da energia em KW, sendo US\$28,07/KW de janeiro a março de 2021 comparado com US\$28,41/KW no mesmo período de 2020;
- aumento de 36,62% nas despesas com energia adquirida em leilão, sendo de R\$1.130.524 no período de janeiro a março de 2021 comparadas a R\$827.471 no mesmo período de 2020. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento no custo variável dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARs), devido ao maior despacho de usinas térmicas;
- ausência de despesas com compra de energia de curto prazo no período de janeiro a março de 2021 comparado à despesa de R\$221.689 no mesmo período de 2020. O saldo líquido nulo nas operações ocorridas na CCEE no 1º trimestre de 2021 decorre, principalmente, do menor impacto dos contratos de disponibilidade devido ao despacho das usinas térmicas fora da ordem de mérito por segurança hidrológica.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Mais informações na nota explicativa nº 23b.

Encargos de uso da rede básica de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$765.274 no período de janeiro a março de 2021, comparados a R\$372.581 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 105,40%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada é justificada, principalmente, pelo reajuste anual dos encargos de uso da rede básica, normalmente realizado no mês de julho de cada ano, que representou, em 2020, um aumento de aproximadamente 27,4%. Adicionalmente, devido ao maior despacho de usinas térmicas fora da ordem de mérito para segurança energética do sistema no primeiro trimestre de 2021, o custo elevado dessas térmicas fez com que se elevasse o Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), que também compõe essa rubrica, de R\$12.100 no primeiro trimestre de 2020 para R\$282.198 no mesmo período de 2021.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$18.112 de janeiro a março de 2021, comparadas a R\$125.748 no mesmo período de 2020, representando uma redução de 85,60%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- a variação das provisões para contingências tributárias, que apresentou reversão líquida de R\$32.938 no período de janeiro a março de 2021, em comparação à constituição de R\$7.431 no mesmo período de 2020. Esta variação decorre, dentre outros fatores, de decisão favorável obtida pela Companhia em um dos processos administrativos referentes à PLR das competências de janeiro a outubro de 2010, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal;
- a variação das provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R\$9.667 no período de janeiro a março de 2021, em comparação a R\$15.539 no mesmo período de 2020. Esta variação decorre, principalmente, do provisionamento, em 2020, de processos relativos à responsabilidade civil, os quais discutem o pagamento de indenizações por danos morais, materiais e estéticos devido a acidentes que envolveram a rede elétrica operada pela Companhia;
- a variação nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que apresentaram uma redução de 54,05%, sendo de R\$44.178 no período de janeiro a março de 2021 comparadas a R\$96.145 no mesmo período de 2020, justificada, principalmente, pelos avanços nas negociações das dívidas mais recentes do Governo do Estado de Minas Gerais, vencidas após julho de 2019, e o positivo efeito do aprimoramento das regras de provisionamento em curso, que visa assimilar as boas práticas adotadas pelo mercado no setor de energia elétrica.

Considerando que os efeitos da crise causada pela Covid-19 sobre a inadimplência da Companhia e o aparecimento de novas condicionantes como o ritmo de vacinação no país, as mutações do vírus e as alterações na política de apoio governamental, a Companhia, considerando a evolução observada em 2020, entende que as premissas atuais representam a melhor estimativa possível, no momento, para a provisão para PECLD, para o período findo em 31 de março de 2021.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no período de janeiro a março de 2021 foi uma despesa financeira líquida de R\$39.455 comparada a R\$34.416 no mesmo período de 2020. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 83,03% na receita com variação monetária de depósitos judiciais, sendo de R\$1.553 no período de janeiro a março de 2021, comparada a R\$9.152 no mesmo período de 2020. Essa redução decorre, principalmente, do levantamento do depósito judicial referente à ação que questionava a incidência de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS em fevereiro de 2020, somado à redução da taxa Selic entre os períodos comparados;
- a variação monetária de CVA foi uma despesa financeira líquida R\$1.541 no período de janeiro a março de 2021, comparada a uma receita financeira líquida de R\$11.643 no mesmo período de 2020. Essa variação decorre, principalmente, da redução da taxa Selic, somada ao menor saldo líquido de ativos constituídos em 2021;
- aumento de 40,07% na despesa com variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo de R\$70.582 no período de janeiro a março de 2021, comparada a R\$50.392 no mesmo período de 2020. Esta variação decorre, principalmente, da variação do IPCA, principal indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas da Companhia, que apresentou uma variação de 2,05% entre janeiro e março de 2021, comparada à variação de 0,53% no mesmo período de 2020.
- aumento de 25,99% nas receitas com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$113.424 de janeiro a março de 2021 comparadas a R\$90.026 no mesmo período de 2020. Esta variação deve-se, basicamente, aos efeitos adversos da pandemia de Covid-19 sobre a inadimplência. No exercício de 2020, o impacto foi maior no 2º semestre em face da restrição de circulação e emprego limitado das ferramentas de cobrança pela Companhia.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, no período de janeiro a março de 2021, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$149.439 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$541.591. No período de janeiro a março de 2020, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$100.629 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$297.218.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8c.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Maurício Dall'Agnese
Diretor Cemigpar

Paulo Mota Henriques
Diretor sem denominação

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídica

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira
e Participações
Contadora - CRC-MG 77.839



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 14 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0